

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

A etnografia na pesquisa em política educacional

Ariel Feldman

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15919>

Submetido em: 2026-04-22

Postado em: 2026-04-29 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

A ETNOGRAFIA NA PESQUISA EM POLÍTICA EDUCACIONAL

ARIEL FELDMAN¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8894-8554>

<ariel@ufpa.br>

¹ Universidade Federal do Pará. Belém, Pará (PA), Brasil.

RESUMO: Este artigo tem como objetivo investigar se a etnografia é um referencial teórico-metodológico utilizado e difundido em pesquisas no campo das políticas educacionais. Metodologicamente, realizou-se uma revisão bibliográfica exploratória que mapeou 60 teses e dissertações brasileiras publicadas entre 2017 e 2024. Os resultados trazem indícios de que, no contexto brasileiro, mesmo com predominância de abordagens qualitativas, a etnografia e a Antropologia ainda estabelecem um diálogo limitado com os estudos no campo das políticas educacionais. Observou-se, ainda, que uma parcela significativa das pesquisas da amostra analisada é desenvolvida por pesquisadores nativos, entendidos como sujeitos que têm ou tiveram vínculos profissionais longevos com o objeto investigado, e que a observação participante é um procedimento pouco utilizado.

Palavras-chave: etnografia, política educacional, Antropologia.

ETHNOGRAPHY IN EDUCATIONAL POLICY RESEARCH

ABSTRACT: This article aims to investigate whether ethnography is a theoretical-methodological framework used and disseminated in educational policy research. Methodologically, an exploratory literature review was conducted, mapping 60 Brazilian master's theses and doctoral dissertations published between 2017 and 2024. The findings indicate that, in the Brazilian context, despite the predominance of qualitative approaches, ethnography and Anthropology still maintain a limited dialogue with educational policy research. Furthermore, a substantial portion of the studies in the sample were conducted by native researchers, understood as individuals who have or have had long-term professional ties with the object under investigation. At the same time, participant observation remains a rarely used research procedure.

Keywords: ethnography, educational policy, Anthropology.

LA ETNOGRAFÍA EN LA INVESTIGACIÓN EN POLÍTICA EDUCATIVA

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo investigar si la etnografía es un enfoque teórico-metodológico utilizado y difundido en investigaciones en el campo de las políticas educativas. Metodológicamente, se realizó una revisión bibliográfica exploratoria que mapeó 60 tesis y disertaciones brasileñas publicadas entre 2017 y 2024. Los resultados evidencian que, en el contexto brasileño, a pesar del predominio de enfoques cualitativos, la etnografía y la Antropología aún mantienen un diálogo limitado con los estudios en el campo de las políticas educativas. Asimismo, se observó que una parte significativa de las investigaciones de la muestra analizada es desarrollada por investigadores nativos, entendidos como sujetos que tienen o han tenido vínculos profesionales prolongados con el objeto investigado, y que la observación participante es un procedimiento poco utilizado.

Palabras clave: etnografía, política educativa, Antropología.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo investigar se a etnografia é um referencial teórico-metodológico utilizado e difundido em pesquisas no campo das políticas educacionais. Parte-se do entendimento de que o olhar etnográfico pode contribuir com o campo de estudo das políticas, pois possibilita a apreensão aprofundada de aspectos da realidade por meio da vivência direta do pesquisador em campo. A etnografia enquanto epistemologia coloca o pesquisador em lugar de destaque na coleta, interpretação e organização dos dados empíricos, sendo, portanto, uma forma de construir conhecimento que compreende a subjetividade como pressuposto necessário e estruturante e não como uma mácula que fere a objetividade científica.

A compreensão da etnografia não como uma mera técnica de pesquisa, mas como um referencial teórico-metodológico, é recorrente no campo da Antropologia. Ainda que essa formulação não se apresente de modo uniforme entre autores e tradições, há relativa convergência em torno da ideia de que a etnografia ultrapassa o plano técnico, envolvendo também uma perspectiva epistemológica (Malinowski, 1978 [1922]; Lévi-Strauss, 2008 [1954]; Geertz, 2008 [1973]; Goldman, 2003; Magnani, 2009; Peirano, 2014).

Contudo, a preocupação de pesquisadores da área educacional em explicar que a etnografia não é apenas uma técnica ou procedimento de coleta de dados indica que ainda é importante reafirmar essa compreensão. Na apresentação do livro *Etnografia e educação: relatos de pesquisa*, Mattos e Fontoura (2009) fizeram questão de destacar que optaram pela etnografia não somente como uma técnica de pesquisa, mas como um aporte teórico que permite desvelar os espaços institucionais e as dinâmicas de interação que ocorrem no interior desses ambientes. Mattos (2011, p. 35), entende que o domínio da técnica não garante uma pesquisa, pois a “etnografia, como as demais abordagens de pesquisa, pertence a um campo teórico-epistemológico que precisa ser compreendido para que possa ser utilizado”. Oliveira (2013, p. 274), por sua vez, destaca a “impossibilidade de se construir conhecimento a partir da etnografia de forma apartada do debate teórico da antropologia, ou seja, não podemos compreender a etnografia como uma simples ‘ferramenta de pesquisa’ útil”. Green, Dixon e Zaharlick (2005) mostram que, nos Estados Unidos, esse debate sobre o que pode ou não ser considerado etnografia na pesquisa educacional remonta aos anos 1980, quando Rist (1980) cunhou o termo *Blitzkrieg Ethnography* (em tradução livre, Etnografia Relâmpago) para designar estudos que, embora mobilizem procedimentos associados à etnografia, não estabelecem diálogo com o campo antropológico nem se sustentam nos pressupostos teóricos e metodológicos que caracterizam essa tradição investigativa.

Caracterizar a etnografia como um referencial teórico-metodológico associado ao conhecimento antropológico não implica dissociar a questão do procedimento de observação participante do fazer etnográfico, uma vez que este se articula à teoria desde os primórdios da etnografia contemporânea. Malinowski, quando publicou *Argonautas do Pacífico Ocidental*, em 1922, contribuiu para a transformação da Antropologia Social, que antes era predominantemente uma ciência de gabinete, na qual as teorias sobre as sociedades eram forjadas sobretudo por intelectuais que nunca tinham tido contato direto com os povos que, à época, eram denominados primitivos. Malinowski foi a campo, vivendo entre setembro de 1914 e março de 1915 na ilha de Tulon, e entre junho de 1915 e maio de 1916 nas Ilhas Trobriand, ambas na Oceania. Para Malinowski (1978 [1922], p. 18), “um trabalho etnográfico só terá valor científico irrefutável se nos permitir distinguir claramente, de um lado, os resultados da

observação direta e das declarações e interpretações nativas e, de outro, as inferências do autor, baseadas em seu próprio bom-senso e intuição psicológica”. Durham (1978, p. XIV) sintetizou a novidade teórico-metodológica que Malinowski trouxe a partir do que foi denominado observação participante como a “realidade que é atingida intuitivamente pelo investigador, por meio de sua vivência da situação de pesquisa”.

Dessa forma, se nem toda observação participante constitui uma etnografia, a tradição etnográfica consolidou-se historicamente tendo a observação participante como um de seus procedimentos centrais. Nessa direção, Eckert e Rocha (2008) observam que o método etnográfico envolve uma variedade de procedimentos de investigação, incluindo levantamentos demográficos, genealógicos e outros tipos de dados sistemáticos; ainda assim, a observação direta permanece como técnica privilegiada, pois permite ao pesquisador compreender os saberes e as práticas da vida social e captar as ações e representações coletivas que estruturam a experiência humana.

Segundo Lévi-Strauss:

[...] é por uma razão profunda, ligada à própria natureza da disciplina [Antropologia] e ao caráter distintivo de seu objeto, que o antropólogo precisa da experiência do campo. Para ele, ela não é nem um objetivo de sua profissão nem um aperfeiçoamento de sua cultura, nem uma aprendizagem técnica. Ela representa um momento crucial de sua educação, antes do qual ele pode possuir conhecimentos esparsos, que nunca formam um todo, e somente depois do qual esses conhecimentos irão “aglutinar-se” num conjunto orgânico e adquirir repentinamente um sentido que antes lhes faltava. (Lévi-Strauss, 2008 [1954], p. 400)

Magnani (2009), por sua vez, entende que

[...] não se pode separar etnografia nem das escolhas teóricas no interior da disciplina, nem da particularidade dos objetos de estudos que impõem estratégias de aproximação com a população estudada e no trato com os interlocutores. [...] A etnografia é o método próprio de trabalho da antropologia em sentido amplo, não restrito (como técnica) ou excludente (seja como determinada atitude, experiência, atividade de campo). Entendido como método em sentido amplo, engloba as estratégias de contato e inserção no campo, condições tanto para a prática continuada como para a experiência etnográfica e que levam à escrita final. Condição necessária para seu exercício pleno é a vinculação a escolhas teóricas, o que implica não poder ser destacada como conjunto de técnicas (observação participante, aplicação de entrevistas, etc.) empregadas independentemente de uma discussão conceitual. (Magnani, 2009, p. 133-136)

Desse modo, de Malinowski a Lévi-Strauss, bem como entre antropólogos e etnógrafos mais contemporâneos (Goldman, 2003; Magnani, 2009; Peirano, 2014) a observação participante ou a experiência de campo afirmam-se como dimensão epistemológica da produção do conhecimento antropológico.

Assim, esta pesquisa tem também como objetivo específico investigar se a observação participante se constitui como procedimento de coleta de dados difundido e utilizado no campo das pesquisas em política educacional. Embora, por vezes, a observação participante seja tratada aqui como procedimento de coleta de dados, reitera-se que não se pode perder de vista que o contato direto com o outro constitui também base epistemológica da etnografia e da antropologia, a qual parte do pressuposto de que o conhecimento antropológico pode e deve ser construído a partir do contato direto do pesquisador (o “eu”) com o “outro”. Como observou Viveros de Castro (2002, p. 113), “o conhecimento antropológico é imediatamente uma relação social, pois é o efeito das relações que constituem reciprocamente o sujeito que conhece e o sujeito que ele conhece”.

Essa relação entre o “eu” e o “outro”, o pesquisador e o pesquisado, o antropólogo e o nativo e a forma como essa interação é capaz de produzir conhecimento constitui-se também objeto de amplo, antigo e inacabado debate (Abu-Lughod, 2018; Castro, 2002; Geertz, 2007; Goldman, 2003). A posição do pesquisador em relação aos sujeitos pesquisados é, assim, temática incontornável para se pensar o fazer etnográfico. Por isso, como outro objetivo específico, este estudo também busca verificar se, no campo da política educacional, há presença de pesquisadores nativos. Parte-se, aqui, do termo “nativo”, secularmente utilizado por antropólogos, entendido enquanto sujeito social situado no interior da cultura investigada.

Tal termo [nativo] passou a ser utilizado na antropologia, inicialmente, para facilitar a diferenciação e classificação entre pesquisadores e pesquisados, por meio do apelo à origem naquele grupo ou espaço (a natividade) onde se desenvolvia a pesquisa. À medida que a antropologia amplia seu campo de pesquisa para além daquelas sociedades definidas como “tradicionais”, todos se tornaram (de certa forma) nativos de algum grupo social. Nesse contexto, gradativamente, surgem vários pesquisadores de dentro de grupos que outrora só recebiam “estrangeiros” como etnógrafos, e muitos deles escolhem a sociedade à qual pertencem como objeto de sua pesquisa. (Conceição, 2016, p. 42)

Abu-Lughod (2018) problematiza a figura do nativo na etnografia, construída em oposição ao pesquisador e marcada por hierarquias culturais. Segundo a antropóloga, essa dicotomia tende a representar o pesquisador como sujeito analítico, enquanto o “nativo” é frequentemente apresentado como expressão de uma cultura homogênea, simplificando experiências sociais e reforçando desigualdades na produção do conhecimento. Além disso, as fronteiras entre o nativo e o não nativo podem ser fluidas e intercambiantes (Castro, 2002; Goldman, 2003). Mesmo com toda complexidade que essa classificação binária entre nativo e não nativo carrega, considerou-se aqui um exercício importante situar o pesquisador do campo da política educacional em relação ao seu objeto de pesquisa. Dessa forma, foram considerados nativos aqueles sujeitos que têm ou tiveram vínculos profissionais longevos com o objeto investigado, como gestores, docentes ou técnicos da área educacional. Como estamos pensando a relação entre Antropologia/etnografia e pesquisa em política educacional, é um dado relevante verificar se o pesquisador é nativo em relação à política educacional investigada e se sua inserção no campo já se encontra previamente constituída. Diferentemente da tradição etnográfica clássica (Malinowski, 1978 [1922]) em que a entrada em campo demanda um processo complexo de imersão, o pesquisador nativo já domina os códigos, as relações, as dinâmicas institucionais e a compreensão das práticas e disputas que estruturam o contexto analisado.

Da Matta (1978, p. 4), em reflexão sobre o campo antropológico, entende que há “uma dupla tarefa que pode ser grosseiramente contida nas seguintes fórmulas: (a) transformar o exótico em familiar e (b) transformar o familiar em exótico”. Para Da Matta, a primeira transformação, a do exótico em familiar, é o movimento original da Antropologia, aquele empreendido, por exemplo, por Malinowski. Quanto à segunda transformação, ela se dá quando a disciplina se volta para a própria sociedade, o que impõe desafios, pois “o problema é, então, tirar a capa de membro de uma classe e de um grupo social específico para poder [...] estranhar alguma regra social familiar e assim descobrir [...] o exótico no que está petrificado dentro de nós pela reificação e pelos mecanismos de legitimação” (Da Matta, 1978, p. 5). Dessa forma, ser nativo em relação ao objeto de pesquisa, também impõe desafios, pois como alerta Velho (1994, p. 128), “o processo de descoberta e análise do que é familiar pode, sem dúvida, envolver dificuldades diferentes do que em relação ao que é exótico”. Assim, pesquisar uma política educacional

na qual você está imerso não constitui propriamente uma vantagem, mas uma condição posicional do pesquisador em relação ao objeto, que precisa ser problematizada.

Realizadas algumas reflexões introdutórias, eis os questionamentos que nortearão esta pesquisa: em que medida a etnografia é um referencial teórico-metodológico utilizado e difundido na pesquisa em política educacional? A observação participante se constitui como procedimento de coleta de dados presente e recorrente nesse campo de pesquisa? Há presença de pesquisadores nativos no campo da política educacional, entendidos como sujeitos que têm ou tiveram vínculos profissionais longevos com o objeto investigado?

Atualmente, na área da Educação, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) reconhece a especialidade Antropologia Educacional, inserida na subárea Fundamentos da Educação, a qual acumula uma produção significativa de estudos empíricos e debates teóricos. André (1995) sugeriu que, na pesquisa educacional, era prudente classificar um estudo que utilizou a etnografia como de “tipo etnográfico”, tendo em vista que o tempo de imersão em campo não seria tão longo se comparado às etnografias consagradas, como, por exemplo, a que Malinowski realizou nas Ilhas Trobriant, ou a que Lévi-Strauss (1957) realizou após morar no Brasil entre 1935 e 1939 realizando diversas expedições aos territórios indígenas, sobretudo no Mato Grosso. Oliveira (2013, 2023) e Rosistolato, Prado e Martins (2024) criticam essa formulação de André, pois a etnografia caracteriza-se epistemologicamente por ser uma forma de produzir conhecimento a partir do contato direto com o outro e não pelo tempo de imersão na cultura investigada. Esse debate já acumulado na área educacional é importante para pensar o diálogo da etnografia com a pesquisa em política educacional, pois, afinal, a possibilidade de realizar, no século XXI, um estudo etnográfico com a profundidade imersiva, marcada por longa permanência em campo, ao estilo de Bronislaw Malinowski e Claude Lévi-Strauss, tende a encontrar maiores obstáculos para sua realização (Oliveira, 2013; 2023; Rosistolato, Prado e Martins, 2024). Gusmão, prefaciando o livro de Oliveira (2023) *Etnografia para educadores*, assim sintetizou os princípios da etnografia: “a inseparabilidade entre cultura e educação; entre descrição e interpretação; a não redução da antropologia à etnografia, ao mesmo tempo que [...] não há antropologia sem etnografia” (Gusmão, 2023, p. 10).

Considerando esse debate, faz-se necessário compreender a constituição do campo da pesquisa em política educacional, entendido como um subcampo específico da área da Educação. O campo da política educacional no Brasil inicia seu processo de constituição a partir da década de 1960, tendo como marco importante a fundação, em 1961, da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), e se desenvolve ao longo das décadas seguintes com a implantação da pós-graduação *stricto sensu* e a crescente utilização do termo “política educacional” em documentos institucionais e produções acadêmicas. A institucionalização do campo se aprofunda na segunda metade da década de 1980, com a criação do Grupo de Trabalho 5 – Estado e Política Educacional (GT 5) na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), consolidando-se, a partir da década de 1990, por meio da ampliação de publicações, disciplinas e redes de pesquisa dedicadas à temática. Em perspectiva comparada, observa-se que, em países como Estados Unidos e Reino Unido, a emergência do campo da política educacional também remonta à década de 1960 (Stremel e Mainardes, 2019).

Stremel e Mainardes (2018) apontam que não há consenso quanto à circunscrição da política educacional como um campo autônomo e específico de investigação, o que reforça seu caráter

interdisciplinar. Stephen J. Ball, em entrevista concedida a Mainardes e Marcondes (2015, p. 164), questiona: “É importante que existam distinções claras e demarcações entre áreas de investigação? Ou, talvez, poderia ser mais produtivo minimizá-las e pensar de uma forma pós-disciplinar [...]”. Inspirada por esse questionamento, esta pesquisa busca analisar como se estabelece a interlocução entre a etnografia, a Antropologia e a pesquisa em política educacional.

No campo específico da pesquisa em política educacional no Brasil, a etnografia de redes configura-se como uma abordagem já delineada e com produção disponível em língua portuguesa, destacando-se como uma vertente que articula os pressupostos da etnografia às dinâmicas de circulação de políticas. Diante do avanço da internacionalização e da privatização da educação, a etnografia de redes pretende contribuir para desvelar a forma que as políticas educacionais e a governança pública são formuladas e implementadas, pois, nesse contexto, diferentes atores passam a atuar em múltiplas escalas, do local ao supranacional. A etnografia de redes pretende, então, constituir-se como uma abordagem adequada a essas transformações, combinando pesquisa on-line, análise de redes sociais e procedimentos etnográficos, como entrevistas e observação de campo. Trata-se, assim, de uma versão da prática etnográfica, que permite analisar as mobilidades das políticas educacionais, evidenciando sua circulação em redes transnacionais, bem como o papel de organismos internacionais, especialistas e comunidades epistêmicas na produção e difusão de agendas educacionais (Avelar e Ball, 2024; Mainardes e Stremel, 2021).

Outra vertente já presente no debate acadêmico nacional é a etnografia crítica, defendida por Mainardes e Marcondes (2011) como uma possibilidade fecunda para as pesquisas educacionais. Inspirada, sobretudo, nas formulações de Phil Francis Carspecken, essa abordagem ultrapassa a dimensão descritiva tradicional da etnografia ao incorporar um posicionamento analítico e político comprometido com a problematização das relações de poder. Nesse sentido, a etnografia crítica busca não apenas compreender os contextos educacionais, mas também tensionar as desigualdades sociais e injustiças, contribuindo para sua transformação. Ainda que formulada para o campo educacional de forma ampla, tal referencial já vem sendo apropriado no âmbito da política educacional (Lima, Rocha e Bourguignon, 2020).

Por sua vez, estudos como os de Rosistolato, Prado e Martins (2024) evidenciam outra frente de aproximação entre etnografia e política educacional, centrada na análise da implementação de políticas públicas. Nessa abordagem, a etnografia é mobilizada como estratégia para compreender a construção cotidiana das políticas, a partir das interações entre diferentes atores, como burocratas de nível de rua (Lipsky, 2019) e usuários das políticas. A observação participante e a imersão nos contextos de implementação permitem mapear práticas, decisões discricionárias e negociações que não aparecem nos textos normativos, revelando a política em ação. Como destacam os autores, o olhar etnográfico possibilita apreender tanto os procedimentos quanto as configurações de interação que estruturam a execução das políticas, contribuindo para uma compreensão mais densa e situada dos processos de implementação.

Por fim, mencionemos o conceito de ciclo de políticas formulado por Stephen J. Ball e coautores, difundido no Brasil, sobretudo, por Jefferson Mainardes (2006; 2018a). Ball e Bowe propuseram, em uma formulação inicial que posteriormente seria modificada, que as políticas fossem analisadas a partir de três contextos inter-relacionados: o contexto de influência (definição e disputa de agendas), o contexto da produção de texto (formalização de documentos, legislação e normativas) e o

contexto da prática (interpretação e recriação da política no cotidiano). Dessa forma, a abordagem do ciclo de políticas, ao enfatizar o contexto da prática como espaço de reinterpretação e recontextualização das políticas, aproxima-se, em alguma medida, da perspectiva etnográfica, ao reconhecer a centralidade dos sujeitos e das dinâmicas cotidianas na produção da política em ação. Como pontuou Mainardes, “a utilização do ciclo de política envolve uma diversidade de procedimentos para coleta de dados”, sendo que para o “contexto da prática envolve uma inserção nas instituições e em espaços onde a política é desenvolvida por meio de observações ou pesquisa etnográfica, e ainda entrevistas com profissionais da educação, pais, alunos etc.” (Mainardes, 2018a, p. 59).

Dessa forma, já existe produção acadêmica, no Brasil, que busca aproximar o campo de pesquisa em política educacional da etnografia, seja a partir da etnografia de redes (Avellar e Ball, 2024; Mainardes e Stremel, 2021), da etnografia crítica (Mainardes e Marcondes, 2011), de estudos voltados à análise do processo de implementação de políticas públicas (Rosistolato, Prado e Martins, 2024) ou a partir do conceito de ciclo de políticas (Mainardes, 2006; 2018a). Como já explicitado, esta pesquisa busca investigar o grau de difusão dessa aproximação entre etnografia e pesquisa em política educacional.

Destaquemos, ainda, um campo de estudos que investiga a política a partir de um olhar antropológico. A antropologia da política (Bezerra, 1999; Kuschnir, 2000; Kuschnir, 2007), ao invés de investigar a política como ela deve ser ou como é prescrita, e de pesquisá-la apenas a partir de documentos normativos e legislativos, busca descrever e analisar o cotidiano da política tal como é percebido e vivenciado por diversos atores, sejam eles políticos ou cidadãos. Dessa forma, essa vertente de pesquisa privilegia a forma como a política adquire significado no cotidiano das pessoas, sendo o pesquisador, nessa abordagem, uma espécie de intérprete das acepções que os nativos conferem à sociabilidade e à ação política, com a ressalva de que o pesquisador pode ser ele próprio um nativo.

Para encerrar esta introdução, cabe uma breve nota autobiográfica. O autor da presente pesquisa vem orientando e realizando estudos de política educacional inspirados na antropologia da política. Historiador de formação, desde 2015 é professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura da Universidade Federal do Pará, sediado no Campus Universitário do Tocantins/Cametá, orientando estudantes de diferentes municípios da região, como cametaenses que pesquisam a política educacional municipal de Cametá e mocajubenses que investigam a política educacional de Mocajuba. A vivência imersiva de 15 anos na docência no Ensino Superior, notadamente na formação inicial de professores licenciados em História, com contato direto e sistemático com escolas da Educação Básica de Cametá e de diversos municípios adjacentes, permitiu compreender que algumas questões relativas à política educacional municipal adquirem centralidade na vida das pessoas. A contratação de professores temporários pelas redes municipais, por exemplo, tornou-se temática de pesquisa a partir de uma perspectiva antropológica (Feldman e Alves, 2020; Feldman e Costa, 2021; Feldman e Martins, 2023), buscando-se desvelar a relevância que essas contratações assumem nas disputas políticas locais. A indicação política de diretores escolares, usualmente, mas não exclusivamente, realizada por vereadores, que, segundo indícios, são reconhecidos pela população como atores com forte influência na definição de cargos — como diretores, professores temporários e outros funcionários — em diversas escolas urbanas e rurais, também se tornou objeto de pesquisas inspiradas na antropologia da política. Nesse âmbito, o autor já orientou, por exemplo, uma dissertação conduzida por uma diretora escolar que, inicialmente, foi indicada por um vereador e, posteriormente, participou do primeiro processo eleitoral de diretores escolares de Cametá (Correa, 2024), bem como outra desenvolvida por um pesquisador que

estudou em duas escolas ribeirinhas, atuou como professor temporário por indicação política nessas instituições e analisou, descreveu e interpretou as dinâmicas de gestão escolar de diretores que acessaram o cargo por indicação de vereadores nessas escolas (Pinto, 2022). Em suma, este artigo parte das inquietações e vivências de um pesquisador que vem tentando aproximar a antropologia da política da pesquisa em política educacional e de um orientador que se depara com os desafios que orientandos nativos enfrentam ao investigar a própria realidade.

Dessa forma, defende-se que a etnografia, enquanto epistemologia, pode contribuir com o campo da pesquisa em política educacional. Como já foi abordado, Mainardes (2018a) e Rosistolato, Prado e Martins (2024) entendem que a etnografia pode contribuir em pesquisas que se debruçam sobre a fase da implementação de políticas (ou o contexto da prática). A etnografia também pode contribuir para pesquisas que investiguem o contexto da formulação das políticas, em outros termos, para utilizar as categorias fundantes do ciclo de políticas, o contexto de influência (definição e disputa de agendas), o contexto da produção de texto (formalização de documentos, legislação e normativas). O Brasil é uma federação tridimensional que contém 5.570 câmaras de vereadores, 26 assembleias legislativas estaduais (e mais uma distrital) e o Congresso Nacional, sendo todos esses espaços de disputa de agenda e formulação de políticas educacionais. Como bem demonstrou Bezerra (1999), em sua obra *Em nome das "bases": política, favor e dependência pessoal*, a abordagem etnográfica foi capaz de desvelar aspectos importantes da ação política de deputados federais e senadores no início dos anos 1990, como o fato de que o trabalho cotidiano dos representantes eleitos e de sua equipe era muito mais direcionado à manutenção de suas bases eleitorais, por vezes bastante localizadas, do que ao envolvimento em questões de interesse nacional. O estudo desenvolvido por Kuschnir (2000), *Eleições e representação no Rio de Janeiro*, é outro bom exemplo das potencialidades do olhar etnográfico, que foi capaz de enxergar que os vereadores da capital fluminense atuam menos como legisladores e mais como intermediários entre população e o Estado, por meio de relações pessoais, trocas e proximidade, em um contexto de baixa autonomia do Legislativo e forte peso cultural nas práticas políticas. Assim, pode-se etnografar espaços políticos institucionais ou até redes transnacionais, como propõe a etnografia de redes. Pode-se etnografar, sobretudo, a escola, mas também conselhos escolares, conselhos estaduais e municipais de educação, entre outros espaços. A contribuição que a etnografia pode oferecer, em todos esses casos, passa, invariavelmente, pelo olhar do pesquisador a partir do trabalho de campo. Feita essa breve digressão sobre as possíveis contribuições do olhar etnográfico para a pesquisa em política educacional, voltemos ao escopo central do artigo.

Após esta introdução, detalha-se a metodologia da pesquisa. Em seguida, apresentam-se os resultados da revisão bibliográfica exploratória, cujo objetivo geral foi investigar se a etnografia se configura como referencial teórico-metodológico utilizado e difundido nas pesquisas no campo das políticas educacionais. Como desdobramentos desse objetivo geral, analisou-se, também, se a observação participante se constitui como procedimento de coleta de dados difundido no campo e se há presença de pesquisadores nativos em relação ao objeto de pesquisa. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica exploratória, cujo objetivo geral foi investigar se a etnografia é um referencial teórico-metodológico utilizado e difundido no campo das políticas educacionais. Por se tratar de uma pesquisa exploratória, buscou-se mapear tendências gerais da

produção acadêmica, sem a pretensão de esgotar o universo de estudos existentes na área, mas antes identificar indícios e suscitar problemas para pesquisas posteriores (Gil, 2008).

A pesquisa foi realizada entre outubro e dezembro de 2025, tendo como base de dados a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), e adotou como critério de busca pesquisas que apresentassem a palavra-chave “política educacional”, entendida, neste estudo, como elemento de delimitação do campo da política educacional no interior da produção acadêmica. Como organizador temporal, investigaram-se os dois últimos quadriênios avaliativos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 2017–2020 e 2021–2024, partindo-se do pressuposto de que a avaliação realizada pela CAPES na pós-graduação brasileira organiza, de alguma forma, a produção do conhecimento. No quadriênio 2017–2020, foi excluído o ano de 2020, o que resulta, na prática, na análise do período de 2017–2019, como forma de isolar os efeitos da pandemia, considerando que pesquisas etnográficas exigem trabalho de campo. O quadriênio 2021–2024 foi considerado na íntegra, apesar dos efeitos da pandemia, por se tratar do período mais recente e, portanto, relevante para a compreensão das tendências contemporâneas da produção acadêmica na área.¹ A leitura dos trabalhos selecionados foi realizada manualmente, sem o uso de softwares ou inteligência artificial, sendo lidos o resumo e a introdução de todas as teses e dissertações selecionadas. Em função disso, optou-se por trabalhar com uma amostra reduzida de 30 teses e/ou dissertações por quadriênio, selecionadas conforme a ordem de apresentação dos resultados da busca na BDTD, considerando-se que os trabalhos exibidos nas primeiras posições tendem a receber maior visibilidade dentro da própria base. A amostra e a população das teses e dissertações analisadas estão apresentadas no Quadro 1.

¹ As buscas realizadas na BDTD referentes ao período de 2017 a 2019 encontram-se disponíveis em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?filter%5B%5D=dc.subject.por.fl_str_mv%3A%22Pol%C3%ADtica+educacional%22&lookfor=pol%C3%ADtica+educacional&type=AllFields&daterange%5B%5D=publishDate&publishDatefrom=2017&publishDateto=2019. As buscas relativas ao quadriênio de 2021 a 2024, encontram-se disponíveis em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?filter%5B%5D=dc.subject.por.fl_str_mv%3A%22Pol%C3%ADtica+educacional%22&lookfor=pol%C3%ADtica+educacional&type=AllFields&daterange%5B%5D=publishDate&publishDateto=2024&publishDatefrom=2021. Acesso em 6 fev. 2026. Nos casos em que o link para a tese ou dissertação apresentava erro ou impossibilitava o acesso ao texto completo, o trabalho foi desconsiderado, procedendo-se imediatamente à leitura da tese ou dissertação subsequente, conforme a ordem de apresentação dos resultados na base

Quadro 1 – População e amostra de teses e dissertações com a palavra-chave “política educacional” na BDTD, por quadriênio avaliativo (2017-2019 e 2021-2024)

2017-2019				
Universo		Amostra		
171 teses e dissertações		30 teses e dissertações analisadas (17,54%)		
Dissertações analisadas		Teses analisadas		
19 (63,33%)		11 (36,67%)		
Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
1 (3,33%)	6 (20%)	3 (10%)	10 (33,33%)	10 (33,33%)
2021-2024				
Universo		Amostra		
176 teses e dissertações		30 (17,05%)		
Dissertações analisadas		Teses analisadas		
14 (46,67%)		16 (53,33%)		
Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
0%	11 (36,67%)	7 (23,33%)	6 (20%)	6 (20%)

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de dados da BDTD.

Segundo o Quadro 1, observa-se que, em ambos os quadriênios, a amostra analisada corresponde a aproximadamente 17% do universo de teses e dissertações identificadas na BDTD. No período de 2017–2019, predominam as dissertações, enquanto no quadriênio 2021–2024 há maior equilíbrio, com leve predominância de teses. Em termos regionais, verifica-se a concentração da produção no Sudeste e no Sul, bem como a redução da participação da região Norte no quadriênio mais recente.

Durante a leitura das teses e dissertações selecionadas, foi construída e preenchida uma planilha de análise, na qual, inicialmente, foram registrados dados objetivos referentes à autoria e à identificação das pesquisas, tais como: nome do autor, título da tese ou dissertação, natureza (se tese ou dissertação), ano de defesa, instituição, nome do programa de pós-graduação (PPG) e região do país. Na mesma planilha, para cada pesquisa analisada, foram respondidas individualmente perguntas de caráter qualitativo, relacionadas à coleta de dados, aos aspectos metodológicos e teórico-metodológicos, a saber:

- Qual a abordagem da pesquisa?
- O(a) pesquisador (a) realizou análise documental?
- O(a) pesquisador (a) realizou entrevistas?
- O(a) pesquisador (a) realizou observação participante?
- O(a) pesquisador (a) é nativo (a) em relação ao objeto de pesquisa?
- Por que o(a) pesquisador(a) é nativo (a)? Por que não é?
- A palavra etnografia ou antropologia aparece no texto com implicações teórico-metodológicas?
- A pesquisa explicita algum referencial teórico-metodológico?

A planilha foi construída com base em respostas de caráter qualitativo, redigidas na forma de pequenos textos descritivos e analíticos. Para fins de transparência e possibilidade de avaliação acadêmica, a planilha produzida durante a revisão bibliográfica, bem como a relação completa das teses e dissertações que compõem o corpus da revisão, encontram-se disponibilizadas conjuntamente em repositório público, com acesso permanente (Feldman, 2026).

Conforme indicado na introdução, consideraram-se nativos os pesquisadores que possuem ou possuíram vínculos profissionais longevos (um ano ou mais) com o objeto de pesquisa investigado, condição verificada por meio da consulta ao currículo Lattes de cada autor(a). Quanto à presença dos termos etnografia ou Antropologia, utilizou-se o recurso de busca por palavras nas teses e dissertações, seguido da leitura das páginas em que esses termos apareciam, analisando-se se seu uso indicava a mobilização de referencial teórico associado à Antropologia ou à etnografia na investigação da política educacional em questão.

Os achados da revisão bibliográfica exploratória foram, quando possível, cotejados com revisões bibliográficas recentes sobre o campo da pesquisa em política educacional, notadamente aquelas realizadas por Stremel e Mainardes (2019), Mainardes e Stremel (2021) e Mainardes (2018b).

Ferramentas de inteligência artificial foram utilizadas de modo ético e complementar, exclusivamente como apoio à revisão textual e à clareza da redação, permanecendo sob responsabilidade integral do autor a elaboração conceitual, a análise e a interpretação dos dados.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

O Quadro 2 sintetiza os resultados da revisão bibliográfica exploratória realizada.

Quadro 2 – Resultados/síntese da revisão bibliográfica exploratória

2017-2019	
Programas de Pós-Graduação em Educação*	Outros Programas
25 (83,33%)	5 (16,67%)
Ab. Qualitativa	Ab. quanti-qualitativa
25 (80%)	5 (20%)
Com an. documental	Sem an. Documental
30 (100%)	0
Com entrevistas**	Sem entrevistas
16 (53%)	14 (47%)
Com observação part.	Sem observação part.
6 (20%)	24 (80%)
Usa antropologia e/ou etnografia	Não usa antropologia e/ou etnografia
2 (7%)	28 (93%)
Pesquisador nativo em relação ao objeto	Pesquisador não nativo em relação ao ob.
19 (63,33%)	11 (33,67%)
2021-2024	
Programas de Pós-Graduação em Educação*	Outros Programas
23 (76,67%)	7 (23,33%)
Ab. Qualitativa	Ab. quanti-qualitativa
29 (96,67%)	1 (3,33%)
Com an. documental	Sem an. Documental
30 (100%)	0
Com entrevistas**	Sem entrevistas
20 (66,67%)	10 (33,33%)
Com observação part.	Sem observação part.
4 (13,33%)	26 (86,67%)
Usa antropologia e/ou etnografia	Não usa antropologia e/ou etnografia
4 (13,33%)	26 (86,67%)
Pesquisador nativo em relação ao objeto	Pesquisador não nativo em relação ao ob.
22 (73,33%)	8 (26,77%)

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de dados da BDTD.

*Foram considerados PPGs de Educação todos aqueles avaliados pela CAPES na área de Educação.

** O grupo focal foi considerado como modalidade de entrevista.

Analisaremos linha por linha o Quadro 2, sempre comparando o período 2017-2019 com o quadriênio 2021-2024, tendo sempre como ressalva o fato de tratar-se de uma amostra não probabilística de pesquisas produzidas em Programas de Pós-Graduação (PPGs) retiradas da BDTD.

Em primeiro lugar, os dados do Quadro 2 indicam que as pesquisas em política educacional se concentram majoritariamente nos PPGs em Educação, tanto no período de 2017–2019 quanto em 2021–2024, reafirmando esses programas como o principal lócus institucional de produção desse campo de investigação. No primeiro período, 83,33% das dissertações e teses analisadas foram desenvolvidas

em PPGs de Educação, percentual que se mantém elevado no segundo período (76,67%), ainda que com leve redução. Embora a maioria dessas pesquisas esteja vinculada a PPGs em Educação, observa-se a existência de algumas variações internas de denominação e recorte, como PPG em Educação Escolar, PPG em Educação Inclusiva e PPG em Educação, Culturas e Identidades, indicando a pluralidade de enfoques no interior da área. Observa-se, ainda, a presença consistente, embora minoritária, de pesquisas produzidas em outros programas de pós-graduação, o que evidencia que a análise das políticas educacionais não se restringe exclusivamente à área da Educação, reforçando o caráter interdisciplinar desse campo de pesquisa. Destacam-se, nesse sentido, PPGs em Economia, Direitos Humanos, Política Social, Serviço Social, Geografia Humana, Políticas Públicas e História.

Em segundo lugar, observemos a abordagem de pesquisa. Os dados do Quadro 2 evidenciam a forte predominância das abordagens qualitativas nas pesquisas em política educacional nos dois períodos analisados. Entre 2017–2019, 80% dos trabalhos adotaram abordagem qualitativa, frente a 20% de pesquisas quanti-qualitativas, configuração que se torna ainda mais acentuada no período de 2021–2024, quando 96,67% das dissertações e teses analisadas se orientam pela abordagem qualitativa. Esses percentuais indicam que a pesquisa em política educacional, nos PPGs brasileiros, é hoje marcada pela centralidade de abordagens qualitativas, no que parece ser um reconhecimento da natureza interpretativa dos fenômenos analisados.

Em terceiro lugar, as informações do Quadro 2 indicam que a totalidade das teses e dissertações, nos dois períodos considerados, realizou análise documental. Tal resultado expressa um pressuposto básico da pesquisa em política educacional: o exame de legislações, normativas, regulamentos e documentos institucionais. O processo legislativo e/ou normativo, oriundo do Poder Legislativo, do Poder Executivo ou do Poder Judiciário, precede e fundamenta a formulação e/ou a implementação das políticas educacionais, não havendo, portanto, pesquisa nesse campo que prescindia da análise legislativa e/ou normativa. Ademais, as pesquisas em política educacional também recorrem a bases de dados públicas produzidas por órgãos oficiais, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a exemplo do Censo Escolar, do Censo da Educação Superior e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Em quarto lugar, a entrevista mantém-se como estratégia amplamente utilizada nas pesquisas em política educacional, presente em 53% dos estudos (2017-2019) e em 66,67% (2021-2024), o que evidencia sua centralidade como procedimento de coleta de dados no campo.

Na quinta linha do quadro, referente à observação participante, os dados indicam um contraste relevante. Embora o campo da política educacional se caracterize por forte predominância de abordagens qualitativas e pelo uso recorrente de entrevistas, a observação participante aparece de forma pouco expressiva, presente em apenas 20% dos estudos (2017-2019) e 13,33% (2021-2024). A proporção reduzida de pesquisas que realizaram a observação participante no quadriênio 2021-2024 (13,33%) foi, por certo, influenciada pelo contexto pandêmico, contudo esse percentual também foi baixo no contexto não pandêmico (20%). Dessa forma, esses resultados sugerem, ainda que de modo indiciário, uma apropriação seletiva de procedimentos qualitativos, com menor incorporação de técnicas mais diretamente associadas à tradição etnográfica.

A revisão bibliográfica exploratória indica, assim, que a observação participante, dentre as três formas mais usuais de produção de dados em pesquisas qualitativas — análise documental, entrevistas e observação participante —, é a menos mobilizada. Predominam, no campo da política

educacional, conforme indícios da pesquisa exploratória, investigações baseadas em documentos oficiais e em entrevistas.

Isto suscita um questionamento: a análise de entrevistas e de documentos possuiria maior capacidade de desvelar a realidade social do que a observação direta realizada pelo pesquisador? A amostra de teses e dissertações analisada indica a valorização da análise de entrevistas e documentos, em contraste com a menor mobilização da observação participante. Não estaria essa tendência associada à ideia de que a experiência do investigador no campo introduziria uma marca de subjetividade capaz de comprometer a objetividade científica da pesquisa?

Esta pesquisa, de caráter exploratório e orientada muito mais a suscitar perguntas do que a respondê-las, não dispõe de subsídios para afirmar se a preferência pela análise documental e por entrevistas em relação à observação participante decorre de uma suposta mácula atribuída à observação direta enquanto procedimento marcado pela subjetividade. Investigações futuras poderão elucidar as razões dessa tendência. Guardadas as devidas proporções, essa tendência permite um paralelo com a historiografia anterior às transformações promovidas pela Escola dos Annales, surgida na década de 1930, quando apenas determinados registros — sobretudo documentos oficiais — eram reconhecidos como fontes legítimas para a compreensão da realidade social. A partir da crítica empreendida pela Escola dos Annales, a História passou a ampliar progressivamente o que se entendia por documento histórico, incorporando diferentes vestígios da experiência social — como memórias, diários pessoais, correspondências, relatos orais, imagens, pinturas e outros registros do cotidiano — como fontes de conhecimento (Bloch, 2011). Em sentido análogo, pode-se sugerir que, no campo da política educacional, documentos e entrevistas ainda ocupam, conforme sugerem os achados indiciários da revisão bibliográfica exploratória, posição privilegiada na produção de dados empíricos, talvez por serem considerados registros mais legítimos da realidade, ou por possuírem um estatuto de maior oficialidade, enquanto procedimentos baseados na observação direta das práticas e interações sociais permanecem relativamente menos explorados, possivelmente por serem percebidos como mais subjetivos.

Para refletir sobre a subjetividade que a etnografia porventura carrega como mácula que enviesa o conhecimento científico, é mister revisitar o conceito antropológico de totalidade. A ideia de totalidade como condição da pesquisa antropológica acompanha a disciplina desde as etnografias clássicas, mantendo-se presente até a contemporaneidade, ainda que tenha sido alvo de críticas e revisões (Magnani, 2009). “Uma característica da totalidade como pressuposto da etnografia diz respeito à dupla face que apresenta: de um lado, a forma como é vivida pelos atores sociais e, de outro, como é percebida e descrita pelo investigador” (Magnani, 2009, p. 137). Para Magnani,

uma totalidade consistente em termos da etnografia é aquela que, experimentada e reconhecida pelos atores sociais, é identificada pelo investigador, podendo ser descrita em termos categoriais: se para aqueles constitui o contexto da experiência diária, para o segundo pode também se transformar em chave e condição de inteligibilidade. (Magnani, 2009, p. 138)

Assim, a resposta que a etnografia oferece às críticas relativas à sua suposta subjetividade não reside na eliminação da experiência do pesquisador. Essa resposta se encontra na capacidade do pesquisador reconhecer, em situações concretas, elementos que estruturam a vivência dos sujeitos e que são reconhecidos como constitutivos de sua experiência. Dessa forma, é possível reconstruir, em termos analíticos, uma totalidade social ancorada na realidade.

Realizada essa pequena digressão para refletir sobre os possíveis motivos da prevalência da análise documental e da entrevista sobre a observação participante na amostra de teses e dissertações, bem como sobre o conceito antropológico de totalidade, tema complexo que não cabe nos limites desse artigo, voltemos a analisar os dados do Quadro 2.

No que se refere ao diálogo entre a pesquisa em política educacional e Antropologia e etnografia, realizou-se o procedimento metodológico anteriormente descrito, verificando-se, por meio de busca textual, se os termos “Antropologia” e “etnografia” apareciam nas teses e dissertações com implicações teórico-metodológicas. Considerando que o campo da política educacional é reconhecidamente interdisciplinar, como já discutido, os achados evidenciam que a interlocução entre essas áreas do conhecimento permanece bastante restrita no conjunto analisado, observada em apenas 7% dos estudos (2017-2019) e 13,33% (2021-2024).

É interessante observar que, dentre os seis trabalhos identificados como realizando aproximações entre a abordagem antropológica e/ou etnográfica e a política educacional, dois mobilizam a etnografia de redes (Espinosa, 2017; Cunha, 2023), conforme proposta por Stephen Ball e coautores, enquanto dois (Morgado, 2022; Cunha, 2022) adotam a netnografia ou etnografia online como estratégia metodológica. Assim, nota-se que, entre os seis estudos considerados, quatro não realizaram pesquisa de campo presencial. No caso dos dois trabalhos que efetivamente desenvolveram pesquisa de campo com presença do pesquisador no contexto investigado, a vinculação à tradição antropológica ou etnográfica não se dá de forma explícita, tendo sido essa aproximação inferida a partir de indícios. O indício que nos leva a categorizar a tese de Chagas (2024) como vinculada à tradição etnográfica, por exemplo, foi o fato de ela referenciar como base metodológica para a observação participante o capítulo de Sarmiento (2011), intitulado “O estudo de caso etnográfico em educação”. Já Cordeiro (2017) não define sua coleta de dados como etnográfica; contudo, a análise de suas referências revela que três obras mencionam o termo “etnografia” no título. Além disso, a palavra “antropologia” aparece 39 vezes na tese, e a leitura das páginas em que essas menções ocorrem permite classificá-la como próxima de uma perspectiva epistemológica etnográfica.

Por fim, a revisão de literatura indicou ampla presença de pesquisadores nativos em relação ao objeto de pesquisa, com 63,33% no período de 2017-2019 e 73,33% no quadriênio 2021-2024. Aqui cabe pormenorizar alguns exemplos, lembrando que foi realizada consulta ao currículo Lattes de cada autor e a leitura da introdução das teses e dissertações, que por vezes contêm um pequeno relato da trajetória pessoal do pesquisador. Ferreira (2017) em tese intitulada *Políticas educacionais na escola: o papel mediador dos diretores*, definiu como objetivo de pesquisa a análise do “papel do diretor escolar no processo de mediação de políticas educacionais associadas à melhoria do desempenho acadêmico de estudantes” (Ferreira, 2017, p. 31). Ferreira, entre 2005 e 2007, atuou em escolas da rede estadual do Ceará e em escolas de diferentes redes municipais do estado; sua pesquisa também se debruçou sobre escolas vinculadas tanto à rede estadual quanto às redes municipais cearenses, o que evidencia sua inserção direta no próprio contexto profissional investigado, caracterizando-a como nativa. Já Lima (2021), em dissertação intitulada *Programa Aluno Conectado e informática educacional: materialização e descontinuidade da política de tecnologia educacional no contexto pernambucano*, traçou como objetivo de pesquisa “compreender os processos de estabelecimento e descontinuidade do Programa Aluno Conectado no contexto das principais iniciativas de informática educacional no cenário brasileiro” (Lima, p. 21). Na introdução, o pesquisador relata que iniciou seu contato com computadores aos 12 anos, frequentando lan houses,

explorando jogos e aprendendo, na prática, noções de hardware e software. No Ensino Médio, realizou cursos na área e ingressou em Sistemas de Informação na Universidade de Pernambuco, aprofundando conhecimentos técnicos, antes de migrar para a Pedagogia, mas sem abandonar o vínculo com a tecnologia educacional. Essa trajetória evidencia sua condição de nativo no campo da informática educacional. Por fim, Souza (2017), em dissertação intitulada *Política educacional e processo formativo: a construção da identidade profissional do funcionário da Educação Básica*, estabeleceu como objetivo de pesquisa “compreender como se constitui o processo de construção da identidade profissional (profissionalização) dos funcionários da educação básica, identificando sua relação com a escola e a educação nacional” (Souza, 2017, p. 25). Souza foi professor entre 2006 e 2009, na Educação Básica, na rede estadual de São Paulo, ou seja, trata-se de pesquisador com inserção no ambiente pesquisado, um nativo. O relato que Souza (2017) faz na introdução da dissertação é revelador:

[...]é possível depreender que o cabedal possuído pelo pesquisador, tanto naquilo que se relaciona às suas vivências, quanto ao domínio teórico sobre o assunto, constituem-se as bases de construção do conhecimento sobre o fato pesquisado. Isto é, essa construção se estabelece a partir dos questionamentos realizados através de suas lentes particulares, como é o caso da temática desta dissertação que[...] emergiu das minhas experiências e vivências. (Souza, 2017, p. 29)

A reflexão de Souza é paradigmática. Seria possível um pesquisador nativo não levar em consideração elementos de sua vivência na escrita do texto final que materializa o resultado da pesquisa? Seria possível o pesquisador nativo se distanciar de seu objeto de pesquisa a tal ponto que suas vivências não influenciem os resultados da análise? No caso de Souza (2017), esse aspecto não foi velado, foi anunciado, não definido como uma atitude etnográfica nos termos de Peirano (2014), mas passível de ser categorizado no arcabouço epistemológico da etnografia. Para Peirano (2014) a etnografia não se reduz a um método ou a um conjunto de técnicas, podendo ser compreendida também como uma atitude ou sensibilidade intelectual cultivada no contato com os mundos sociais investigados. À luz dessa perspectiva, o elevado número de pesquisadores nativos identificado nesta revisão bibliográfica ganha um significado particular: muitos investigadores do campo da política educacional já se encontram, em alguma medida, imersos nos universos institucionais que estudam — seja por sua trajetória profissional na educação básica, na gestão escolar ou em políticas educacionais específicas. Isso sugere que, mais do que a entrada em um campo totalmente estranho, parte desses pesquisadores já dispõe de uma experiência situada que, se mobilizada a partir de um olhar etnográfico reflexivo, poderia potencializar a observação direta das práticas, interações e significados que constituem o cotidiano das políticas educacionais.

Como já mencionado, os critérios para considerar cada pesquisador como nativo ou não em relação ao objeto de pesquisa estão pormenorizados na já mencionada planilha que contém pequenos textos descritivos e analíticos, a qual está disponibilizada em repositório público (Feldman, 2026). Consideraram-se nativos apenas pesquisadores com inserção direta e longa, ou seja, um ano ou mais, em ambiente profissional diretamente relacionado ao objeto de pesquisa. Rocha (2019), por exemplo, autora de tese *A Efetividade das políticas de valorização docente pela via judicial*, não foi considerada nativa, apesar da formação na área do direito. Assim, apesar de já ter exercido a função de assessora jurídica da Prefeitura Municipal de Andradina, ela não foi considerada nativa porque seu objeto de estudo são as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Supremo Tribunal de Justiça (STJ). Assim, mesmo que a autora possa ter vivência em ações de valorização docente pela via judicial, que é o seu objeto de pesquisa, nas instâncias inferiores, o que é incerto pela análise da tese e do currículo, a autora não é nativa

em relação a seu objeto de pesquisa, pois muito provavelmente não transitou nos espaços decisórios do STJ e STF. Já Afonso (2022), autora de dissertação *Efeitos da nova direita na política educacional: embates em torno do pseudoconceito da “ideologia de gênero” na deliberação dos planos de educação no Brasil e na Espanha na segunda década do milênio (2010-2020)* não foi considerada nativa, apesar de afirmar que “o objeto de estudo proposto se relaciona intrinsecamente com minha trajetória estudantil e profissional” (Afonso, 2022, p. 21). Ela narra que seu percurso foi marcado pelos estudos de gênero desde a graduação em Relações Internacionais na UnB, aprofundados em intercâmbio na Espanha, e posteriormente articulados às políticas sociais e educacionais no curso de Serviço Social. Além disso, organizou uma série de rodas de conversa e debates acadêmicos sobre gênero, neoconservadorismo, nova direita e seus impactos nas políticas educacionais, consolidando a vinculação entre sua trajetória formativa e o objeto investigado. Contudo, a pesquisadora não foi considerada nativa, tanto por sua atuação profissional não se dar na área educacional quanto por sua não inserção no ambiente parlamentar, que é o lócus de onde a documentação analisada foi originada.

Por fim, em relação aos referenciais teórico-metodológicos explicitamente definidos pelos pesquisadores, não foi possível sintetizar esses dados no Quadro 2, tendo em vista a complexidade das informações obtidas. Os referenciais teórico-metodológicos são diversos, e não daremos conta, neste artigo, de enumerar todos, que vão desde a adoção da teoria bakhtiniana (Santos, 2019; Lemes, 2017) até a teoria do poder de Foucault (Azevedo, 2021). Ademais, muitas vezes não é possível categorizar uma pesquisa de acordo com apenas um referencial teórico-metodológico. Mainardes (2018b), ao analisar 140 artigos de política educacional, de autores brasileiros, publicados entre 2010 e 2012, classificou a maioria deles na categoria “teorização combinada”, a qual remete ao pluralismo metodológico, fenômeno também observado na revisão de literatura aqui realizada.

Optou-se, então, por realizar um olhar sobre o conjunto das 60 teses e dissertações analisadas, indicando algumas tendências. É preciso ressaltar, primeiro, que 11 das 60 pesquisas analisadas (18,33%) não explicitam de forma clara suas bases epistemológicas nem um referencial teórico-metodológico definido, enquanto 5 (8,33%) apenas indicam a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin como técnica de análise de dados.

O referencial teórico-metodológico mais mencionado é o de base marxista, referenciado em 16 das 60 teses e dissertações analisadas (26,67%). Muitas das dissertações e teses da amostra definem seu referencial como materialismo histórico-dialético (Silva, 2017; Sousa, 2018; Mesquita, 2018; Guimarães, 2019; Afonso, 2022; Barbosa, 2023; Pinelli, 2024; Sais, 2024; Ferreira, 2024). Contudo, existem outras definições, como Silva (2018, p.vii), que utiliza teóricos de base marxista e/ou marxiana, “levadas em consideração as características do Estado capitalista e sua relação com as políticas sociais, mais especificamente com a política educacional”. O pensamento gramsciano ganha centralidade nas pesquisas de Alves (2019) e Ferraz (2022).

A revisão bibliográfica não encontrou nenhuma pesquisa que se vinculou à etnografia crítica, tal qual sugerida por Mainardes e Marcondes (2011). Em síntese, a etnografia crítica, mesmo sendo uma corrente com literatura disponível em português há mais de uma década, não se mostrou um referencial teórico presente na amostra de dissertações e teses analisadas.

Destaquemos, por fim, que, dentro de um panorama epistemológico complexo, eclético e plural, 10 das 60 teses e dissertações analisadas (16,67%) vinculam-se, de alguma forma, às teorias e formulações de Stephen Ball e coautores, seja por meio da etnografia de redes (Espinosa, 2017; Cunha,

2023), seja pela adoção da noção de ciclo de políticas (Souza, 2017; Hojas, 2017; Jesus, 2019; Lima, 2021; Moura, 2022; Ribeiro, 2021; Bortolini, 2022; Pereira, 2024).

Já abordada de forma sucinta na introdução, cabe reiterar que a etnografia de redes é uma versão da prática etnográfica. Mainardes e Stremel (2021) analisaram 112 dossiês ou sessões temáticas publicados nas principais revistas acadêmicas brasileiras entre 2010 e 2020 e, ao compararem as pesquisas brasileiras com a produção internacional no campo da política educacional, argumentam que ainda são escassos, no contexto nacional, estudos voltados à mobilidade de políticas a partir do referencial da etnografia de redes. A revisão bibliográfica que realizamos, de caráter exploratório, mostra um fenômeno curioso. Corroborando os achados de Mainardes e Stremel (2021), a revisão que realizamos indica que a etnografia de redes ainda aparece pouco como possibilidade epistemológica no campo das políticas educacionais no Brasil. Contudo, a etnografia de redes constitui uma versão de algo mais amplo, isto é, da prática etnográfica, a qual tampouco parece estar consolidada como possibilidade epistemológica nesse campo. Das 60 teses e dissertações analisadas, como já observado, duas (Cunha, 2023; Espinosa, 2017) utilizaram explicitamente a etnografia de redes como referencial teórico-metodológico.

Em relação às teses e dissertações que utilizaram como referencial teórico-metodológico o ciclo de políticas (Souza, 2017; Hojas, 2017; Jesus, 2019; Lima, 2021; Moura, 2022; Ribeiro, 2021; Bortolini, 2022; Pereira, 2024), nenhuma delas associam-se explicitamente à tradição etnográfica ou antropológica, enquanto apenas Hojas (2017) realizou observação participante. Como já explicitado na introdução, o referencial do ciclo de políticas entende a etnografia como um enquadramento analítico possível e relevante, sobretudo, mas não exclusivamente, para o estudo do contexto da prática (ressignificação e implementação da política). Contudo, sete das oito teses e dissertações da amostra vinculadas teoricamente ao referencial do ciclo de políticas optaram por não utilizar a observação participante, compreendida, nesta pesquisa, como elemento central da epistemologia etnográfica.

Passemos, agora, para as considerações finais da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo tinha como objetivo geral investigar se a etnografia é um referencial teórico-metodológico utilizado e difundido nas pesquisas no campo das políticas educacionais. Como desdobramentos desse objetivo, buscou-se verificar se a observação participante se constitui como procedimento de coleta de dados difundido no campo e examinar a presença de pesquisadores nativos, aqui entendidos como sujeitos que têm ou tiveram vínculos profissionais longevos com o objeto investigado.

A revisão de literatura realizada, de caráter exploratório, foi baseada em uma amostra não probabilística e de dimensão reduzida, com 60 teses e dissertações analisadas. Além disso, as pesquisas do quadriênio 2021-2024 foram realizadas no contexto pandêmico, o que tende a ter dificultado a realização de observação participante e de pesquisa de campo. Contudo, mesmo sendo um estudo de alcance limitado, é possível, a partir dele, inferir algumas tendências.

Os PPGs em Educação parecem ser o principal lócus produtor de conhecimento no campo da política educacional no âmbito da pós-graduação. Os achados apontam, ainda, que o campo da pesquisa em política educacional é predominantemente orientado por abordagens qualitativas, com amplo uso da técnica de entrevistas e análise documental, sobretudo documentos oficiais (leis, normativas, regulamentos, documentos institucionais e bases de dados oficiais). Contudo, a observação

participante in loco, característica central de investigações etnográficas, mostra-se minoritária. Paralelamente, identificou-se elevada presença de pesquisadores nativos, isto é, com inserção profissional direta no contexto investigado. Em síntese, os achados de caráter indiciário da pesquisa apontam que a etnografia e a Antropologia estabelecem um diálogo limitado com os estudos no campo das políticas educacionais

Como pesquisa exploratória, que busca fomentar futuras investigações sobre o campo das políticas educacionais, os achados indiciários da revisão bibliográfica instigam alguns questionamentos. Por que, em um campo de pesquisa, que, segundo indícios, parece ser orientado majoritariamente por abordagens qualitativas, o olhar do pesquisador parece ter menos validade como forma de produção do conhecimento? Por que, em um campo em que os pesquisadores acumulam vivência imersiva no próprio objeto de pesquisa, recorre-se a entrevistas e à análise de documentos, enquanto a observação — mesmo quando não planejada, mas realizada em função da condição de nativo — é desprezada como dimensão epistemológica? Será que persiste, de forma velada, nas pesquisas em política educacional, a ideia de que a observação carrega uma mácula de subjetividade que comprometeria o caráter científico da análise? Não é possível responder a essas perguntas, mas entende-se que o estreitamento dos laços entre a Antropologia, a etnografia e a pesquisa em política educacional podem contribuir epistemologicamente com o campo, conferindo maior protagonismo ao pesquisador, que vê, observa, escuta, sente e percebe, mas que, conforme sugerem os indícios levantados, não vem externando essas percepções.

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Lila. A Escrita contra a cultura. *Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, [S. l.], v. 5, n. 8, p. 193–226, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/15615>>. Acesso em: 6 abr. 2026.

AFONSO, Sophia Cunha. *Efeitos da nova direita na política educacional: embates em torno do pseudoconceito da “ideologia de gênero” na deliberação dos planos de educação no Brasil e na Espanha na segunda década do milênio (2010-2020)*. Dissertação (Mestrado em Política Social). Brasília: Universidade de Brasília, 2022.

ALVES, Carmem Dolores. *Parceria público-privada como política pública educacional e a diversidade étnico-racial*. Tese (Doutorado em Educação). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2019.

ANDRÉ, Marli. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papirus, 1995.

ANTONIOLLI, Elitana. *Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): uma análise da implementação em municípios do Rio Grande do Sul (RS)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2019.

AVELAR, Mariana; BALL, Stephen J. Etnografia de rede: mudança de perspectivas, abordagens e métodos para analisar a nova governança educacional. In: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (orgs.). *Pesquisa em políticas educacionais: debates contemporâneos*. São Paulo: Cortez, 2024.

AZEVEDO, Érica Imbirussu de. *Desenvolvimento, neoliberalismo e biopolítica: uma análise do Brasil contemporâneo com ênfase na política educacional do FIES*. Tese (Doutorado em Economia). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

BARBOSA, Leandro de Fontes. *A formação para o empreendedorismo na política educacional de ensino médio em Pernambuco e suas mediações com a hegemonia neoliberal*. Tese (Doutorado em Educação). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2023.

BASTIANI, Sherlon Cristina de. *Dinâmicas de desenvolvimento da educação superior na região oeste de Santa Catarina (1968-2015)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2017.

BEZERRA, Marcos Otavio. *Em nome das "bases": política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORTOLINI, Alexandre. *Falar de gênero para construir a democracia: o ciclo da política educacional em gênero e diversidade sexual (2003-2018)*. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2022.

CAVALCANTI, Rafael Rabelo. *A política de educação profissional cearense e a profissionalização docente: flexibilização das relações de trabalho no campo da política educacional*. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas). Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2019.

CHAGAS, Angela Both. *O poder de decisão da escola pública estadual do Rio Grande do Sul no campo da política educacional: análise a partir do "Novo" Ensino Médio*. Tese (Doutorado em Educação). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2024.

CHAPPAZ, Raíssa de Oliveira. *Política de avaliação educacional, seus contornos e suas características: problematizações e contribuições no contexto da Educação Básica*. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2023.

CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. “Etnógrafo nativo ou nativo etnógrafo”? Uma (auto)análise sobre a relação entre pesquisador e objeto em contextos de múltiplas pertencas ao campo. *Revista de Antropologia da UFSCar*, São Carlos, v. 8, n. 1, p. 41-52, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2016/12/Me%CC%81todos_8-1_Texto2_Wellington-Conceic%CC%A7a%CC%83o.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2026.

CORDEIRO, Mauro Soares. *Política educacional e conquista de direitos: escolas públicas em comunidades quilombolas*. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

CORREA, Rosivalda Rodrigues. *Diretores escolares e a política de indicação/nomeação na rede pública de educação do município de Cametá*. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura). Cametá: Universidade Federal do Pará, 2024.

CUNHA, Andréia Martins da. *A educação escolar quilombola na comunidade de Pinhões – Santa Luzia/Minas Gerais: o entrecruzamento território, políticas públicas e docência*. Tese (Doutorado em Educação). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2022.

CUNHA, Mateus Arguelho da. *Reconfiguração do Estado e suas implicações nas políticas educacionais: uma análise das políticas educativas do Rio Grande do Sul (2021-2023)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter “anthropological blues”. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 1–12, 1978.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Bronislaw Malinowski (1884–1942): vida e obra. In: MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. V–XXIII.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Etnografia: Saberes e Práticas. *Illuminuras*, Porto Alegre, v. 9, n. 21, 2008. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9301>>. Acesso em: 20 mar. 2026.

ESPINOSA, Betty Ramona Solano. *Redes empresariais na política educacional: os casos do Brasil e da Colômbia*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

FAIAN, Simone Beretta. *A gestão educacional em Ivinhema-MS na interseção do sistema estadual e da rede municipal*. Dissertação (Mestrado em Educação). Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2023.

FARIAS, Janaina Alves. *A educação integral como política educacional: análise das produções acadêmicas paulistas (2007-2022)*. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar). Araraquara: Universidade Estadual Paulista, 2023.

FELDMAN, Ariel. Dados de replicação para: A etnografia na pesquisa em política educacional. *SciELO Data*, DRAFT VERSION, 2026. Disponível em: <<https://doi.org/10.48331/SCIELODATA.BEJDJZ>>.

FELDMAN, Ariel; ALVES, Charles Alberto de Souza. A política de contratação de professores temporários em Portel (PA). *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, [S. l.], v. 36, n. 2, p. 559–579, 2020. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/102127>>. Acesso em: 6 abr. 2026.

FELDMAN, Ariel; COSTA, Daihana Maria dos Santos. A política de contratação de professores temporários na rede municipal de ensino de Cameté (Pará, Brasil, 2013-2020). *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 29, n. 80, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.14507/epaa.29.5687>>. Acesso em: 6 abr. 2026.

FELDMAN, Ariel; MARTINS, Roberta Adriane Correa. A política de contratação de professores temporários em Mocajuba-PA. *Debates em Educação*, [S. l.], v. 15, n. 37, p. e14072, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufal.br/debateseducacao/article/view/14072>>. Acesso em: 6 abr. 2026.

FERRAZ, Cleide Maria. *Gestão escolar e a política educacional: um estudo na rede pública municipal de ensino do Recife*. Tese (Doutorado em Educação). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2022.

FERREIRA, Eveline Andrade. *Políticas educacionais na escola: o papel mediador dos diretores*. Tese (Doutorado em Educação). Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2017.

FERREIRA, Paulo Rubem Santiago. *Barreiras macroeconômicas, acumulação de capital e o financiamento da educação pública no Brasil (1988-2023)*. Tese (Doutorado em Educação). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2024.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GEERTZ, Clifford. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 85-107.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDMAN, Marcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos: etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 423-444, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ra/a/ZbLf7Zpb9rXF7bqndnd56GPd/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 mar. 2026.

GREEN, Judith L.; DIXON, Carol N.; ZAHARLICK, Amy. A etnografia como uma lógica de investigação. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 21, n. 42, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/45228>>. Acesso em: 18 mar. 2026.

GUIMARÃES, Júlio Cesar Abranches. *Autonomia ou heteronomia docente: implicações das políticas educacionais curriculares na perspectiva do controle do professor de geografia das escolas públicas de Viçosa-MG*. Dissertação (Mestrado em Educação). Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2019.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Prefácio. In: OLIVEIRA, Amurabi. *Etnografia para educadores*. São Paulo: Editora Unesp, 2023.

HOJAS, Viviani Fernanda. *SARESP: a escola como produtora de política*. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2017.

JESUS, Carina Nogueira de. *A implementação da política nacional de formação de professores na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

LEMES, Mariana Martins. *Interferências no tempo-espaço da aula: percepções dos professores sobre a política educacional de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

KUSCHNIR, Karina. *Eleições e representação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; NuAP-MN-UFRJ, 2000.

KUSCHNIR, Karina. Antropologia e política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 64, p. 163–167, jun. 2007.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Editora Anhembi Limitada, 1957.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LIMA, Marisa Dias. *Política educacional e política linguística na educação dos e para os surdos*. Tese (Doutorado em Educação). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2018.

LIMA, Camila Bourguignon de; ROCHA, Angelo Eduardo; BOURGUIGNON, Jussara Ayres. Etnografia crítica na pesquisa em educação: entrevista com o professor Jefferson Mainardes. *Linhas Críticas*, Brasília, v. 26, e33753, jan. 2020. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-04312020000100403&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 2 abr. 2026.

LIMA, Danilo Melo de. *Programa Aluno Conectado e informática educacional: materialização e descontinuidade da política de tecnologia educacional no contexto pernambucano*. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades). Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco/Fundação Joaquim Nabuco, 2021.

LIPSKY, Michael. *Burocracia de nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos*. Brasília: Enap, 2019.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ha/a/6PHBfP5G566PSHLvt4zqv9j/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 mar. 2026.

MAINARDES, Jefferson. A abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, v. 27, n. 94, p. 47–69, jan. 2006.

MAINARDES, Jefferson. A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da política educacional. *Jornal de Políticas Educacionais*, v. 12, 2018a.

MAINARDES, Jefferson. A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, 2018b.

MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. *Educação & Sociedade*, v. 30, n. 106, p. 303–318, jan. 2009.

MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. Reflexões sobre a Etnografia Crítica e suas Implicações para a Pesquisa em Educação. *Educação & Realidade*, [S. l.], v. 36, n. 2, 2011. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/17004>>. Acesso em: 6 abr. 2026.

MAINARDES, Jefferson; STREMEL, Silvana. A Política Educacional na década 2010 a 2020: análise de publicações. *Rev. Exitus*, Santarém, v. 11, e020175, 2021.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARINHO, Ana Angélica Pereira. *Política Educacional e Instrumentos de Avaliação: contribuições para a reforma dos projetos pedagógicos da UFCG*. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública). Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2018.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de; FONTOURA, Helena Amaral da. *Etnografia e Educação: relatos de pesquisa*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de. Estudos etnográficos da educação: uma revisão de tendências no Brasil. In: MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de; CASTRO, Paula Almeida de (org.). *Etnografia e educação: conceitos e usos*. Campina Grande: EDUEPB, 2011, p. 25-48.

MAZILÃO FILHO, Ageu Quintino. *A política pública educacional de Simón Rodríguez para Peru e Bolívia (1824-1854)*. Tese (Doutorado em Educação: conhecimento e inclusão social). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

MENDES, Jacimara Aparecida. *As influências das avaliações externas e em larga escala sobre as práticas docentes: percepções de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental da rede estadual de Dourados-MS*. Dissertação (Mestrado em Educação). Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2021.

MESQUITA, Neli Moraes da Costa. *A implantação do projeto de aceleração da aprendizagem “mundiar” como componente do “pacto pela educação do Pará”*. Dissertação (Mestrado em Educação). Belém: Universidade Federal do Pará, 2018.

MOHR, Naira Estela Roesler. *A educação do campo na perspectiva republicana de nação: contribuições das políticas de educação do campo em movimento*. Tese (Doutorado em Educação). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2018.

MOREIRA, Antonio Nilson Gomes. *A implementação da autonomia financeira da escola em município cearense*. Tese (Doutorado em Educação). Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2018.

MORGADO, Michelle dos Santos. *Reflexões a partir da política educacional do colégio ALACOM e suas relações com as questões étnico-raciais*. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2022.

MOURA, Regiani Rolim de. *A educação enquanto direito público subjetivo: leituras acerca da herança de um direito em diferentes cenários paradigmáticos*. Dissertação (Mestrado em Educação). Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2019.

MOURA, Sergio Andrade de. *Incidência de atores privados e de processos de privatização na política educacional do estado da Paraíba*. Tese (Doutorado em Educação). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2022.

OLIANI, Beatriz Bohmer. *Mudanças e continuidades na política educacional do Estado de São Paulo: um recorte histórico da gestão da educação básica paulista pós-redemocratização*. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas). São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2023.

OLIVEIRA, Amurabi. Etnografia e pesquisa educacional: por uma descrição densa da educação. *Educação Unisinos*, São Leopoldo, v. 17, n. 3, p. 271-280, set./dez. 2013. Disponível em: <<https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2013.173.11>>. Acesso em: 18 mar. 2026.

OLIVEIRA, Amurabi. *Etnografia para educadores*. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2023.

OLIVEIRA, Janaina Bulcão de. *O Programa nacional do livro do professor da educação infantil: oralidade, leitura e escrita em destaque*. Dissertação (Mestrado em Educação). Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2021.

OLIVEIRA, José Valmir Guimarães de. *Educação e desenvolvimento humano: um estudo avaliativo da qualidade e da política educacional do ensino médio de 2007 a 2017 no estado do Ceará*. Tese (Doutorado em Educação). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2022.

PALÚ, Janete. *Planos de gestão escolar em Santa Catarina: a gestão democrática em questão*. Dissertação (Mestrado em Educação). Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2019.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ha/a/n8ypMvZZ3rJyG3j9QpMyJ9m/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 mar. 2026.

PEREIRA, Camila Casteliano. *A política de fechamento de escolas no campo na Região Metropolitana de Curitiba*. Dissertação (Mestrado em Educação). Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2017.

PEREIRA, Sarah Porto da Paixão Barbosa. *A política educacional em tempo integral para o ensino fundamental nos anos iniciais na Rede Municipal de ensino do Recife*. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades). Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco – Fundação Joaquim Nabuco, 2024.

- PINELLI, Laís Vieira. *Política educacional e controle do trabalho docente em tempos de recrudescimento da nova direita*. Tese (Doutorado em Política Social). Brasília: Universidade de Brasília, 2024.
- PINTO, Silvaldo Prestes. *A política de escolha de diretores na rede municipal de ensino de Cametá – PA (2017-2022)*. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura). Cametá: Universidade Federal do Pará, 2022.
- RAMOS, Hugo Felipe Tavares. *Sistema de responsabilização da rede estadual de ensino de Pernambuco e sua interferência no Ensino Médio: avaliando o Programa de Modernização da Gestão*. Dissertação (Mestrado em Educação). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2023.
- RIBEIRO, Amanda Cristina. *O "compromisso político na ação pedagógica": relações entre a política educacional da SEED-PR nos anos de 1980 e a organização docente via movimento sindical*. Tese (Doutorado em História). Maringá: Universidade Estadual do Paraná, 2022.
- RIBEIRO, Rosselini Diniz Barbosa. *Da luta política à política pública: proposição e materialização de políticas de formação para os funcionários da educação básica*. Tese (Doutorado em Educação). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2021.
- RIST, Ray C. Blitzkrieg ethnography: on the transformation of a method into a movement. *Educational Researcher*, v. 9, n. 2, p. 8–10, 1980. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1174643>>. Acesso em: 18 mar. 2026.
- ROCHA, Ana Cláudia dos Santos. *A Efetividade das políticas de valorização docente pela via judicial*. Tese (Doutorado em Educação). Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.
- RODRIGUES, Evely Solaine de Souza. *Meta-avaliação em planejamento educacional: o processo de monitoramento e avaliação do PME/Dourados em foco*. Tese (Doutorado em Educação). Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2022.
- RODRIGUES, Katia Aparecida. *O programa de aviso por infrequência de aluno (APOLA): um estudo de sua efetividade no combate à evasão escolar em Chapecó, SC*. Dissertação (Mestrado em Educação). Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2019.
- ROSISTOLATO, Rodrigo; PRADO, Ana Pires do; MARTINS, Leane Rodrigues. Etnografia na implementação de políticas públicas educacionais. *Revista @mbienteeducação*, São Paulo, v. 17, n. esp.3, p. e023042, 2024. Disponível em: <<https://publicacoes.unicid.edu.br/ambienteeducacao/article/view/1321>>. Acesso em: 2 abr. 2026.
- SAIS, Rafael Martins. *Relação entre o público e o privado no Fundeb Permanente: sujeitos e os conteúdos das propostas*. Tese (Doutorado em Educação). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2024.
- SALERNO, Guilene. *Avaliação institucional participativa: [re]formulação de uma política pública educacional*. Tese (Doutorado em Educação). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.
- SANTOS, Gisele da Silva. *Vozes que constituem o discurso da igualdade educacional na base nacional comum curricular brasileira*. Dissertação (Mestrado em Educação). Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2019.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. O Estudo de Caso Etnográfico em Educação. In: ZAGO, N.; PINTO DE CARVALHO, M.; VILELA, R. A. T. (Org.). *Itinerários de Pesquisa: Perspectivas Qualitativas em Sociologia da Educação*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. p. 137-179.

SILVA, Andréa Alice Rodrigues. *Trabalho docente nas instituições de ensino superior privadas no estado do Piauí: significados e tendências*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

SILVA, Keren Paula da. *Dívida pública, Banco Mundial e Políticas Sociais: o financiamento externo da política educacional no Paraná (2011-2017)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2018.

SILVA, Livio Paulino Francisco da. *Educação em direitos humanos em Pernambuco: um olhar sobre a política educacional de 2015 a 2022*. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2023.

SILVA, Vladimir Félix da. *Projeto socioeducativo e inclusão educacional: o espaço criança esperança em Jaboatão dos Guararapes-PE*. Dissertação (Mestrado em Educação). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2021.

SILVA, Wellyngton Chaves Monteiro da. *Uma análise do programa escola 10 como política pública educacional para o estado de Alagoas*. Tese (Doutorado em Educação). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

SILVA JUNIOR, Samuel Vinente da. *Política e organização pedagógica do serviço de atendimento educacional especializado em Manaus*. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2017.

SOUSA, Flávio Bezerra de. *Formas de participação política e social na elaboração do plano de educação: o fórum do Distrito Federal*. Dissertação (Mestrado em Educação). Brasília: Universidade de Brasília, 2018.

SOUSA, Raiane Lima de. *A política educacional de avaliação da aprendizagem em larga escala: relatos de experiência em uma escola pública estadual (de Ubajara-CE) entre 2022 e 2023*. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2024.

SOUZA, Leandro Aparecido de. *Política educacional e processo formativo: a construção da identidade profissional do funcionário da educação básica*. Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2017.

STREMEL, Silvana; MAINARDES, Jefferson. The constitution of the academic field of education policy in Brazil: Historical aspects. *Education Policy Analysis Archives*, [S. l.], v. 26, p. 168, 2018. Disponível em: <<https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/3682>>. Acesso em: 6 abr. 2026.

STREMEL, Silvana; MAINARDES, Jefferson. A constituição do campo da política educacional no Brasil: revisão de literatura. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 31–45, 2019. Disponível em: <<https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/6938>>. Acesso em: 6 abr. 2026.

TOLEDO, Rosangela de Barros. *Discussão sobre um sistema municipal de avaliação como dimensão de aprimoramento da gestão educacional*. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar). Araraquara: Universidade Estadual Paulista, 2019.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 123–132.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mana/a/ZcqxxhqhZk9936mxW5GRrhq/?lang=pt>>. Acesso em: 20 mar. 2026.

DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados que sustentam os resultados deste estudo estão disponíveis em repositório público. O conjunto de dados pode ser acessado no SciELO Data, por meio do DOI:

<https://doi.org/10.48331/SCIELODATA.BEJDJZ>

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Ariel Feldman foi responsável pela coleta de dados, análise dos dados e redação do manuscrito.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

O autor declara que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.